

**LEI N. 3.576, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025**

DOM 27.11.2025 – N. 6204, ANO XXVI)

**ALTERA** a Lei n. 1.915, de 01 de outubro de 2014, e dá outras providências.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

**FAÇO SABER** que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1.º** Fica alterado o item 9 da Lei n. 1.915, de 01 de outubro de 2014, que passa a vigorar com a redação de acordo com o Anexo Único desta Lei.

**Art. 2.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

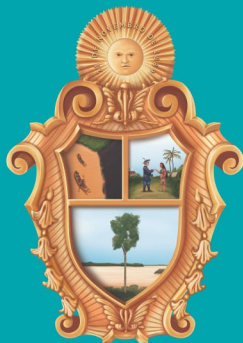
Manaus, 27 de novembro de 2025.

**DAVID ANTÔNIO ABISAI PEREIRA DE ALMEIDA**  
Prefeito de Manaus

Este texto não substitui o publicado no DOM, de 27.11.2025 – Edição n. 6204, Ano XXVI.

**ANEXO ÚNICO**

Nº DE ORDEM	ZONA	SALAS DE AULA	ENDEREÇO	NOME
09	Norte	18	Rua São Francisco de Canindé, n. 532 – Colônia Terra Nova	CMEI Prof. <sup>a</sup> Maria Gracineide Chagas de Negreiros



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE Manaus

Manaus, quinta-feira, 27 de novembro de 2025.

Ano XXVI, Edição 6204 - R\$ 1,00

## Poder Executivo

### LEI N. 3.574, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025

**DISPÕE** sobre a obrigatoriedade da divulgação do número de emergência da Guarda Municipal – disque 153 - na forma que menciona.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

**FAÇO SABER** que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1.º** Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação do número de emergência da Guarda Municipal – Disque 153 na cidade de Manaus.

**Art. 2.º** É obrigatória a divulgação do Disque 153 nos veículos e nas unidades de atendimento da Guarda Municipal de Manaus – AM.

**Parágrafo único.** A obrigatoriedade contida no **caput** estende-se a todos os estabelecimentos públicos municipais e a todos os meios digitais ou impressos, confeccionados pelo Município.

**Art. 3.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 27 de novembro de 2025.

**DAVID ANTÔNIO ABISAI PEREIRA DE ALMEIDA**  
Prefeito de Manaus

### LEI N. 3.575, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025

**CRIA**, na estrutura básica da Rede Pública Municipal de Ensino de Manaus, o Centro Municipal de Educação Infantil Professora Rusinéia Pontes de Castro e dá outras providências.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

**FAÇO SABER** que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1.º** Fica criada, na estrutura básica da Rede Pública Municipal de Ensino de Manaus, a unidade educacional que passa a vigorar de acordo com o Anexo Único desta Lei.

**Art. 2.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 27 de novembro de 2025.

**DAVID ANTÔNIO ABISAI PEREIRA DE ALMEIDA**  
Prefeito de Manaus

### ANEXO ÚNICO

UNIDADE EDUCACIONAL	ENDEREÇO	N. DE SALA DE AULA	NÍVEL
Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Prof.ª Rusinéia Pontes de Castro	Rua Francisca Mendes, N. 1.491- Cidade de Deus	20	IV

### LEI N. 3.576, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025

**ALTERA** a Lei n. 1.915, de 01 de outubro de 2014, e dá outras providências.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

**FAÇO SABER** que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1.º** Fica alterado o item 9 da Lei n. 1.915, de 01 de outubro de 2014, que passa a vigorar com a redação de acordo com o Anexo Único desta Lei.

**Art. 2.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 27 de novembro de 2025.

**DAVID ANTÔNIO ABISAI PEREIRA DE ALMEIDA**  
Prefeito de Manaus

## ANEXO ÚNICO

Nº DE ORDEM	ZONA	SALAS DE AULA	ENDEREÇO	NOME
09	Norte	18	Rua São Francisco de Canindé, n. 532 – Colônia Terra Nova	CMEI Prof.ª Maria Graciele Chagas de Negreiros

## LEI N. 3.577, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025

**ALTERA** a Lei n. 1.229, de 02 de abril de 2008, e dá outras providências.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

**FAÇO SABER** que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

## LEI:

**Art. 1.º** Fica alterado o item 50 da Lei n. 1.229, de 02 de abril de 2008, que passa a vigorar com a redação de acordo com o Anexo Único desta Lei.

**Art. 2.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 27 de novembro de 2025.

**DAVID ANTÔNIO ABRAÃO PEREIRA DE ALMEIDA**  
Prefeito de Manaus

## ANEXO ÚNICO

Nº DE ORDEM	NOME ATUAL	ZONA	N. DE SALA DE AULA	ENDEREÇO	NOME PROPOSTO
50	Escola Maria Nobre	Centro Oeste	31	Rua Quixeramobim, n. 90 - Redenção	E. M. Prof.ª Eicy Mesquita Lima

## MENSAGEM N. 98/2025

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

Consoante o prazo e a forma estabelecidos pelo § 2.º do artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Manaus, comunico a Vossa Excelência que resolvi apor **VETO** ao Projeto de Lei 002/2025, de autoria do Vereador Raiff Matos Silva Vasconcelos que **"DISPÕE sobre a divulgação da Lei n. 14.344 de 24 de maio de 2022, batizada de Lei Henry Borel, que cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e adolescente."**, aprovado por essa Câmara Legislativa.

Ouvida, a Procuradoria Geral do Município - PGM manifestou-se pelo Crítério Político ao Projeto de Lei pelas seguintes razões:

"Inicialmente, e sem embargo da meritória e elogiável inspiração dessa Egrégia Casa de Leis, nos termos em que se apresenta, tem-se que a iniciativa parlamentar sob exame contém a eiva da inconstitucionalidade, uma vez que impõe obrigações explícitas ao Poder Público Municipal, consistente na adoção de diversas medidas administrativas voltadas à consecução dos fins colimados na presente proposta (definição de critérios, diretrizes e estratégias para viabilizar a plena execução da Lei), matéria de competência privativa do Chefe do Executivo, nos termos dos arts. 59, inciso IV e 80, inciso VIII, da LOMAM. Veja-se:

Art. 59. Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta, indireta e fundacional do Município.

Art. 80. É da competência do Prefeito:

VIII - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, na forma da lei;

Além disso, o referido projeto de lei, além de impor obrigações ao Poder Público Municipal, prevê que a obrigação de afixar placas ou cartazes contendo a redação da Lei n. 14.344 de 24 de maio de 2022 (Lei Henry Borel), em local visível de suas dependências, deve ser observada ainda pela iniciativa privada, como creches e escolas particulares, consoante se extrai do art. 1.º.

Ressalta-se, ainda, que a alteração do artigo 59, inciso IV da LOMAN, promovida pela Emenda à LOMAN n. 101, de 21 de dezembro de 2020, não tem o condão de autorizar que a Câmara de Vereadores crie uma atribuição ao Poder Executivo, por se tratar de matéria relacionada à organização e ao funcionamento da Administração Municipal, de modo que pela presente iniciativa observa-se que o Legislativo interfere em área de atuação que não lhe é afeta, em clara afrenta ao Princípio da Independência dos Poderes (art. 2.º da CF/88) e ao Princípio da Reserva de Iniciativa estampado no art. 33, § 1.º, II, "e", da Constituição do Estado do Amazonas, no art. 59, inciso IV da LOMAN, bem como no art. 61, § 1.º, inciso II, alínea "e", da CF/88.

Nesse sentido, pacífico é o entendimento dos Tribunais Pátrios em sede de julgamento em ação direta de inconstitucionalidade:

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI 7.789/15 (DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DO TESTE DE CORES DE "ISHIHARA", VISANDO O DIAGNÓSTICO DO DALTONISMO NAS CRIANÇAS MATRICULADAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA). INCONSTITUCIONALIDADE, POR CRIAR OBRIGAÇÕES E IMISCUIR-SE EM MATÉRIA DE COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO PODER EXECUTIVO. DESCABIMENTO, POR VÍCIO DE INICIATIVA. DESRESPEITO AOS ARTIGOS 5º, 25, 47, INCISOS II, XIV E XIX, ALÍNEA 'A' E 144 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO. AÇÃO PROCEDENTE.** (TJ-SP - ADI: 20269770520178260000 SP 2026977-05.2017.8.26.0000, Relator: Borelli Thomaz, Data de Julgamento: 05/07/2017, Órgão Especial, Data de Publicação: 06/07/2017)

No mais, o projeto de lei sob análise não implica somente em obrigação ao Poder Público Municipal em matéria afeta à competência do Chefe do Executivo, como impõe despesa atinente à competência de investimento do Poder Executivo Municipal, sem indicar fonte de custeio, acarretando despesas sem previsão nas leis orçamentárias.

Não é demasiado mencionar que toda criação de despesas deve ser acompanhada da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes, assim como de declaração do ordenador de despesas de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o plano plurianual, contrariando assim os artigos 15 e 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o art. 167, inciso II, da Constituição Federal de 1988".

Ante o exposto, decido pelo **VETO** ao Projeto de Lei supramencionado, face às justificativas expostas, nos termos do art. 65, § 2.º, da Lei Orgânica do Município de Manaus – LOMAN.

Atenciosamente,

Manaus, 27 de novembro de 2025.

**DAVID ANTÔNIO ABRAÃO PEREIRA DE ALMEIDA**  
Prefeito de Manaus